



ADVERTÊNCIA

O Município de Pedreira/SP, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Vale observar também que esse processo **não se trata de “Sistema de Registro de Preços”**, onde decorrerá do mesmo instrumento(s) de contrato(s).

Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com **o preço unitário e total** do item conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Observação: Para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o código do compras.gov mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente neste Edital e a utilizada pelo Compras.gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos

Bruno Henrique de Almeida
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BEM COM ENTREGA ÚNICA – PARTICIPAÇÃO AMPLA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 06/2026

PROCESSO LICITATÓRIO: 06/2026

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP - UASG: 986843

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0 (ZERO) QUILOMETRO, TIPO CAMINHONETES (PICK UP COMPACTA), DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (EM ATENDIMENTO ÀS ODS 4, 11 E 13) E MOBILIDADE URBANA (EM ATENDIMENTO ÀS ODS 3, 11, 13 E 16).

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 262.377,14

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/02/2026 ÀS 09H00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: CONFORME CONSTA NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA MINUTA DO CONTRATO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP**, por meio da **DIVISÃO DE LICITAÇÕES**, sediado na Praça Epitácio Pessoa, nº 03 – Centro – Pedreira – Estado de São Paulo - CEP 13.920-013, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de veículos 0 (zero) quilômetro, tipo caminhonetes (pick up compacta), destinados às Secretarias Municipais de Educação (em atendimento às ODS 4, 11 e 13) e Mobilidade Urbana (em atendimento às ODS 3, 11, 13 e 16).**

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico foi adotado o código do “Catálogo Compras Gov.br” mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição e a unidade de fornecimento do objeto existente neste Edital (Anexo I) e a utilizada pelo Sistema Compras.gov.br, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá



participar jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **a proposta com o(s) preço(s) unitários e total(is) do(s) item(ns), marca(s)/modelo(s) e consequentemente o(s) valor(es) global(is)**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 3.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.



4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **Valor(es) unitário(s), total(is) e o(s) valor(es) global(is) do(s) item(ns);**

4.1.2. Marca / Modelo.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverão seguir, conforme tabela demonstrativa abaixo:



ITENS	QTDES.	UNIDS.	DESCRIÇÕES	REDUÇÕES MÍNIMAS
01	01	UND	Tipo caminhonete (pick-up), cabine dupla; 04 (quatro) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicomcombustível (gasolina/etanol); na cor branca; capacidade mínima para 04 pessoas; potência mínima de 100 cv; ar-condicionado; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme; direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica; transmissão automática ou cvt com no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; rodas em liga leve mínimo aro 16; central multimídia; protetor de caçamba; protetor de cárter; capota marítima; sensor de estacionamento traseiro; tapetes; preferencialmente de fabricação nacional e ano corrente; conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN; Garantia mínima de 01 (um) ano - em atendimento às ODS 3, 11, 13 e 16. Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica; (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).	R\$ 145,00
02	01	UND	Tipo caminhonete (pick-up 'Compacta'), cabine simples; 02 (duas) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicomcombustível (gasolina/etanol); na cor branca; potência mínima de 90 cv; ar-condicionado; direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; protetor de caçamba; protetor de cárter; tapetes em borracha; preferencialmente de fabricação nacional; conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN; Garantia mínima de 01 (um) ano - em atendimento às ODS 4, 11 e 13. Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).	R\$ 116,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Considerando que foi adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme



a ordem final de classificação. sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. 1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.5.2. Empresas brasileiras;

6.20.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.4.1. Na hipótese de valor(es) final(is) após a fase de lances restar(em) inferior(res) a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, o(a) pregoeiro(a) realizará os procedimentos necessários referentes a indícios de inexecutabilidade de preços, os quais encontram-se expostos no **Decreto Municipal nº 4.193, de 25 de março de 2025**, disponibilizado para ciência no site deste município: <https://www.pedreira.sp.gov.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_27032025135033.pdf.

6.22.5. É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Sistema integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);



7.1.4. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5. deste Edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal 3.816 de 17 de agosto de 2023.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7.1. As informações e procedimentos necessários referentes a indícios de inexequibilidade de preços, encontram-se expostos no **Decreto Municipal nº 4.193, de 25 de março de 2025**, disponibilizado para ciência no site deste município:



<https://www.pedreira.sp.gov.br/> ou diretamente através do link:
https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_27032025135033.pdf.

7.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Os documentos em questão encontram-se descritos mais precisamente no **item 9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO - Exigências de habilitação**, do Termo de Referência, conforme abaixo transcritos:

8.1.2.1. Habilitação Jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil



das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.1.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.1.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.1.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

8.1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.1.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

8.2. No caso de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do



disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. No que tange a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou preferencialmente, de maneira digital, e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos originais, em cópia simples.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no **mínimo 02 (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).



8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e §4º do art. 40 do Decreto Municipal nº 3.816, de 2023;

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 8.2. e 8.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.pedreira.sp.gov.br, no link licitações, junto ao pregão correspondente.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro(a) durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e



11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado pela Administração.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor estimado pela Administração.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Decreto Municipal nº 3.816/2023 de 17 de agosto de 2023.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.15. Ademais, deverão ser observadas, também, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo V deste edital.

11.2. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacaopedreira.doc@gmail.com.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.pedreira.sp.gov.br.



13.11. Os Decretos Municipais citados neste edital encontram-se disponíveis no site www.pedreira.sp.gov.br, no link “Decretos Licitação”.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo de Planilha de Proposta de Preço;

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO IV – Termo de Ciência e Notificação;

ANEXO V – Decreto nº 4.240 de 24 junho de 2025.

Pedreira/SP, 04 de fevereiro de 2026.

Bruno Henrique de Almeida
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SUBSCRITOR DO EDITAL



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de veículos 0 (zero) quilômetro, tipo caminhonetes (***pick up compacta***), destinados às **Secretarias Municipais de Educação (em atendimento às ODS 4, 11 e 13) e Mobilidade Urbana (em atendimento às ODS 3, 11, 13 e 16)**, conforme descritivo do veículo na tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
1	01	Und	tipo caminhonete (pick-up), cabine dupla ; 04 (quatro) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicombustível (gasolina/etanol); na cor branca; capacidade mínima para 04 pessoas; potência mínima de 100 cv; ar-condicionado; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; transmissão automática ou cvt com no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; rodas em liga leve mínimo aro 16; central multimídia; protetor de caçamba; protetor de cárter; capota marítima; sensor de estacionamento traseiro; tapetes; preferencialmente de fabricação nacional e ano corrente; conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN ; Garantia mínima de 01 (um) ano - <u>em atendimento às ODS 3, 11, 13 e 16.</u> <i>Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica; (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).</i>	471270
2	01	Und	tipo caminhonete (pick-up 'Compacta'), cabine simples ; 02 (duas) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicombustível (gasolina/etanol); na cor branca; potência mínima de 90 cv; ar-condicionado; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; protetor de caçamba; protetor de cárter; tapetes em borracha; preferencialmente de fabricação nacional; conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN ; Garantia mínima de 01 (um) ano - <u>em atendimento às ODS 4, 11 e 13.</u> <i>Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).</i>	615221

Obs.: Caso haja divergência entre a descrição dos itens do código do Compras.gov, CONSIDERAR os descritivos acima, solicitados pelo município.

O descritivo e o quantitativo descrito acima, foram definidos com base nas informações constantes no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação e descrição da necessidade da contratação encontra-se descrita no item 1 (um) do Estudo Técnico Preliminar, apêndice desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



A descrição da solução como um todo também se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice desse Termo de Referência, principalmente nos tópicos 3, 4, 5 e 6 do referido estudo.

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Requisito da futura contratação que o veículo seja:

- a) **tipo caminhonete (pick-up), cabine dupla;** 04 (quatro) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicomcombustível (gasolina/etanol); na cor branca; capacidade mínima para 04 pessoas; potência mínima de 100 cv; ar-condicionado; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; transmissão automática ou cvt com no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; rodas em liga leve mínimo aro 16; central multimídia; protetor de caçamba; protetor de cárter; capota marítima; sensor de estacionamento traseiro; tapetes; preferencialmente de fabricação nacional e ano corrente; **conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN**; Garantia mínima de 01 (um) ano. *Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica; (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).*
- b) **tipo caminhonete (pick-up 'Compacta'), cabine simples;** 02 (duas) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicomcombustível (gasolina/etanol); na cor branca; potência mínima de 90 cv; ar-condicionado; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; protetor de caçamba; protetor de cárter; tapetes em borracha; preferencialmente de fabricação nacional; **conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN**; Garantia mínima de 01 (um) ano. *Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).*

O **conceito**, descrição de **veículo zero quilômetro** não deve ser interpretado de forma literal, nem se confunde com hidrômetro zerado, ainda que apresente pequena quilometragem decorrente de testes, deslocamentos logísticos ou procedimentos preparatórios para entrega.

A margem de tolerância quanto a quilometragem adotada pelo município será **de 25 (vinte e cinco) quilômetros**, como parâmetro já seguido pelo **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Pregão Eletrônico 12 /2024 - SEI 19.00.6100.0004774/2023-94 - UASG – 590001)**.

A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) seguir as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, no Conselho Nacional de Trânsito (**Contran**), no Conselho Nacional do Meio Ambiente (**Conama**) e no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (**Proconve**). A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, **observando também a legislação ambiental** para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

Os veículos deverão ser entregues devidamente registrados/licenciados e devidamente emplacados pela contratada em nome do Município de Pedreira/SP, para imediata utilização pelos órgãos municipais;



Não será admitida a **subcontratação** do objeto.

Durante a realização da pesquisa de mercado destinada a subsidiar a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), bem como a estimativa de preços, verificou-se que o mercado automotivo nacional apresenta, **no momento, oferta restrita** de veículos do tipo **picapes compactas**, conforme as especificações técnicas que atendem as necessidades da Administração.

Constatou-se que, no segmento de **picapes compactas com cabine simples**, existem **atualmente apenas dois modelos disponíveis**, comercializados por **fabricantes distintos**, quais sejam: **Fiat Strada** e **Volkswagen Saveiro**.

Da mesma forma, no que se refere ao segmento de **picapes com cabine dupla e transmissão automática/CVT**, observou-se que **somente duas montadoras** dispõem de modelos que atendem às características técnicas mínimas exigidas, sendo: **Chevrolet (GM Montana)** e **Fiat (Strada)**.

Dessa forma, a limitação de modelos e fabricantes observada não decorre de restrição de competitividade imposta pelo órgão demandante, mas sim de uma condição objetiva do mercado nacional, sendo tecnicamente justificável que apenas duas opções constem da pesquisa de preços e da análise de alternativas; **ressaltando-se, contudo, que tais modelos são amplamente comercializados no território nacional por inúmeras concessionárias, distribuidores e revendedoras independentes, o que assegura a ampla competitividade entre fornecedores, a obtenção de propostas vantajosas e o atendimento aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.**

DEMAIS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:

DA FORMA, PRAZO, LOCAL, HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

O objeto deverá chegar ao seu local de entrega em cima de veículo de transporte. A contratada será responsável pela entrega e descarregamento do objeto.

O objeto deverá ser entregue em **até 90 (noventa) dias** após o recebimento do empenho formalizado pela Prefeitura Municipal de Pedreira. O empenho poderá ser entregue via e-mail ou pessoalmente a contratada, caso esteja localizada no Município de Pedreira/SP, de acordo com a necessidade do município.

O prazo de entrega, está em conformidade com a pesquisa de mercado que foi feita para compor este Estudo.

O objeto **deverá ser entregue no Paço Municipal, situado na Praça Eptácio Pessoa, nº 03 - Centro - Pedreira/SP, Cep: 13.920-013**, no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta- feira, exceto feriados ou pontos facultativos, sem nenhum custo adicional para o Contratante, sendo que no preço ofertado deverá estar incluso o custo com o frete.

CATÁLOGO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

Deverá ser apresentado **catálogo(s) ou documento(s) equivalente(s)** da marca/**modelo** do veículo a ser entregue, escrito em português, ou em outra língua estrangeira com tradução oficial para a Língua Portuguesa, contendo as características técnicas do mesmo. No catálogo ou documento equivalente deverão constar identificação do veículo, bem como, as descrições necessárias para comprovar que as características contidas no mesmo preenchem a todos os requisitos estabelecidos no descritivo.



DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se compromete a:

- a) Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente (no prazo de 24 (vinte e quatro) horas), qualquer ocorrência ou anormalidade no fornecimento do objeto;
- b) Assumir total responsabilidade sob o fornecimento do objeto, e responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- c) A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- d) Fornecer o objeto de acordo com o que foi estabelecido neste estudo;
- e) A CONTRATADA será a única responsável pela entrega do objeto, sendo que no preço contratado já deverá estar incluso o custo com a entrega do mesmo;
- f) A mesma fornecerá o(s) item (ns) / objeto(s) de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela contratante;
- g) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

O **CONTRATANTE** se compromete a:

- a) Fornecer todos os dados e informações necessárias ao completo e correto fornecimento do objeto;
- b) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, promover o pagamento estipulado para tal, bem como fornecer atestado de fornecimento quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

5. VISTORIA

Não se aplica.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

O regime de execução é o de “**menor preço**”.

Itens referentes a execução contratual encontram-se pormenorizados nos tópicos 3, 10 e 12 do Estudo Técnico Preliminar apêndice desse Termo de Referência.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

As Rotinas de Gestão e Fiscalização Contratual serão feitas em conformidade com o Decreto nº 3.790 de 21



de julho de 2023, constante no site do Município de Pedreira/SP.

Link de acesso: <https://pedreira.sp.gov.br/decretos-licitacao/decreto-n-3790-de-21-de-julho-de-2023>

8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

Recebimento Provisório: O objeto será recebido provisoriamente em até 03 (três) dias úteis, contados da data da entrega do veículo, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

Por ocasião da entrega, a **CONTRATADA** deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria Municipal Responsável, ou documento equivalente, do servidor do **CONTRATANTE** responsável pelo recebimento.

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **CONTRATANTE** poderá, se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Recebimento Definitivo: O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de **03 (três) dias úteis** após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas, mediante “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável.

DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento do objeto deste Termo de Referência será efetuado diretamente pelo **CONTRATANTE**, através da sua Tesouraria.

O objeto deste termo de referência será pago **em até 15 (quinze) dias consecutivos** após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura pelo Município, devendo a **CONTRATADA** emitir Nota Fiscal/Fatura no ato da entrega do objeto, conforme ordem de fornecimento enviada pela Divisão de Contratos deste Município, sendo que juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada, deverá ser apresentado “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, em conformidade com o tópico “**Do recebimento do objeto**”, onde as Notas Fiscais e o Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, deverão vir com aceite dos Fiscais do contrato.

O prazo para liquidação da nota fiscal será **em até 10 (dez) dias**, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração e como supracitado o pagamento se dará em até 15 dias consecutivos após a data de liquidação.

Em caso de atraso no pagamento de valores devidos à Contratada, o Contratante deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.



Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

O fornecimento do objeto do presente termo de referência ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento do bem contratado, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1.988.

Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante, Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

O pagamento será feito através de transferência bancária, sendo vedado a emissão de boleto bancário, cujos dados bancários da contratada deverão constar na Nota Fiscal a ser emitida.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo tipo **MENOR PREÇO**.

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- ✓ **Habilitação jurídica**
- ✓ **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- ✓ **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- ✓ **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- ✓ **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



- ✓ **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- ✓ **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- ✓ **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- ✓ Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- ✓ Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- ✓ Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- ✓ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- ✓ Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- ✓ Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de



contribuinte municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- ✓ Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de custo para o fornecimento é de **R\$ 145.387,14** (cento e quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos) para o veículo Pick-up **cabine dupla** e **R\$ 116.990,00** (cento e dezesseis mil, novecentos e noventa reais) para a **cabine simples**.

Estimativa total da contratação: R\$ 262.377,14 (duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e sete reais e quatorze centavos).

PESQUISA DE PREÇOS PARA VEÍCULO PICK UP CABINE DUPLA – Item 01					
EMPRESA	MARCA	CNPJ	VALOR UN.	PRAZO ENTREGA	BUSCA
ALPAVEL ALTA PAULISTA VEÍCULOS LTDA	STRADA VOLCANO 1.3 CABINE DUPLA AUTOMÁTICA 2025/2026	54.450.630/0001-97	R\$ 147.560,00	60 dias	Fornecedor
MAGGI VEICULOS LTDA	FIAT/ STRADA VOLCANO CABINE DUPLA 1.3 AT FLEX 2026	47.821.368/0001-84	R\$ 142.990,00	120 dias	Fornecedor
JAVEP VEICULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	Montana LTZ	50.752.211/0007-44	R\$165.990,00	90 dias	Fornecedor
General Motors do Brasil	Montana LTZ Turbo	59.375.792/0001-50	R\$ 168.990,00	---	Montadora Internet ¹
APPLAUSO VEÍCULOS LTDA. Veículos adquiridos pelo município de Pedreira/SP em 2025 (Proc. Lic. 26/25 – contrato 195/25).	FIAT/ STRADA VOLCANO CABINE DUPLA 1.3 AT FLEX - 2026	02.084.388/0001-81	R\$ 129.300,00	90 dias	Órgão Público
STELLANTIS AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA ²	Fiat Strada Volcano Cabine Dupla 1.3 Flex	16.701.716/ 0001-56	R\$ 133.980,00	---	Montadora - internet
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ/PR (Edital PE 16/2025)	FIAT STRADA VOLCANO CD AT	95.583.571/ 0001-02	R\$ 128.900,00	30 dias	Órgão Público
MÉDIA			R\$ 145.387,14		
Média do prazo de entrega			76 dias		

¹ https://www.chevrolet.com.br/modelos/monte-o-seu/montana?vcid&s_id=5N43TT_RFD%3AGAZ

² <https://strada.fiat.com.br/monte.html?year=2026#cor>

**PESQUISA DE PREÇOS PARA VEÍCULO PICK UP CABINE SIMPLES – Item 02**

EMPRESA	MARCA	CNPJ	VALOR UN.	PRAZO ENTREGA	BUSCA
STELLANTIS AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA ³	<i>Strada Endurance - Fiat</i>	16.701.716/ 0001-56	R\$ 114.480,00	----	Montadora - internet ⁴
VOLKSWAGEN DO BRASIL	<i>Saveiro Robust CS</i>	59.104.422/0001-50	R\$ 112.690,00	----	Montadora - internet ⁵
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DE GOIÁS/GO Contrato nº 038/2025 - Data de assinatura: 07/10/2025	FIAT STRADA ENDURANCE CS, ANO 2025, MODELO 2025, COR BRANCA	11.335.530/0001-07	R\$ 106.600,00	30 dias	Órgão Público ⁶
Comercial Germânica LTDA	VW Saveiro Robust – Cb Simples 26/26	02.952.561/0001-16	R\$ 112.690,00	----	Fornecedor
MANUPA COM.EXP., IMP. DE EQUIP. E VEICULOS ADAPTADOS LTDA.	FIAT STRADA 1.3 FREEDOM (SIMPLES)	03.093.776/0001-91	R\$ 136,500,00	90 dias	Fornecedor
ALPAVEL ALTA PAULISTA VEÍCULOS LTDA	STRADA ENDURENCE 1.3 CABINE PLUS 2025/2026	54.450.630/0001-97	R\$ 119.480,00	60 dias	Fornecedor
MAGGI VEICULOS LTDA	FIAT/ STRADA ENDURANCE CABINE PLUS 1.3 FLEX 2026	47.821.368/0001-84	R\$ 116.490,00	120 dias	Fornecedor
MÉDIA			R\$ 116.990,00		
Média do prazo de entrega			75 dias		

Embora a média dos **prazos de entrega** apurados tenha sido de 76 (setenta e seis) e 75 (setenta e cinco) dias, optou-se pela **fixação do prazo de 90 (noventa) dias**, de forma a ampliar a competitividade do certame e assegurar a participação de um maior número de interessados, em observância aos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ainda que um dos fornecedores tenha indicado prazo de entrega de até 120 (**cento e vinte**) dias, entende-se razoável a **fixação do prazo de 90 (noventa) dias**, por se tratar de período compatível com a média de mercado apurada e suficiente para não restringir a participação de diversos interessados no certame. O prazo de 120 (cento e vinte) dias, por sua vez, mostra-se excessivo e incompatível com a necessidade e o interesse público envolvidos, não se revelando razoável para a espera da Administração, sobretudo diante das necessidades operacionais e ao princípio da eficiência que rege a atuação administrativa.

Conforme pesquisas de preços anexas aos autos do processo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme informação da Secretaria Municipal de Planejamento:

³ <https://strada.fiat.com.br/monte.html?year=2026#cor>

⁴ <https://strada.fiat.com.br/monte.html#cor>

⁵ https://www.vw.com.br/pt/configurador.html/_app/saveiro/saveiro-robust-cs.app?---=%7B%22configuration-step-navigation-service%22%3A%22%2F%3FconfigStep%3D%257B%2522context%2522%253A%252230345-34571-Robust%2BCS%2522%252C%2522selectedStep%2522%253A%2522engine%2522%257D%22%7D&category-app=private&carlineId-app=30345&salesGroupId-app=34571&trimName-app=Robust+CS&modelId-app=5URN4&modelVersion-app=1&modelYear-app=2026

⁶ <https://pncp.gov.br/app/contratos/1133553000107/2025/68>



Prefeitura Municipal de Pedreira

46.410.775/0001-36

Exercício: 2026

LISTAGEM DAS FICHAS DA DESPESA

SITUAÇÃO ATÉ 02/02/2026

Página 1

Entid.	CLoc	Func/Prog	Catgo	Especificação	Dotac Inicial	Alter (+)	Alter (-)	Dotação
Ficha	F.R.	C.A.	Descrição	C.A.	Empenhado			Saldo
					Saldo Reserva			Saldo Com Reserva
FICHAS ORÇAMENTÁRIAS								
4				Prefeitura Municipal de Pedreira				
02				PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA				
02 21				SEC. MUN. DE MOBILIDADE URBANA				
022101				DEPTO. DE TRANSITO E TRANSPORTES URBANOS				
26				Transporte				
26 782				Transporte Rodoviário				
26 782 0019				Mobilidade Urbana				
26 782 0019 1840 0000				Aquisição de veículo - Trânsito				
1140				4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
	0.01.00			400.006 Veículo - Trânsito - Aquisição	0,00			150.000,00
					0,00			150.000,00
TOTAL ORÇAMENTARIO					150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
					0,00			150.000,00
					0,00			150.000,00
TOTAL GERAL					150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
					0,00			150.000,00
					0,00			150.000,00



Prefeitura Municipal de Pedreira

46.410.775/0001-36

Exercício: 2026

LISTAGEM DAS FICHAS DA DESPESA

SITUAÇÃO ATÉ 02/02/2026

Página 1

Entid.	CLoc	Func/Prog	Catgo	Especificação	Dotac Inicial	Alter (+)	Alter (-)	Dotação
Ficha	F.R.	C.A.	Descrição	C.A.	Empenhado			Saldo
					Saldo Reserva			Saldo Com Reserva
FICHAS ORÇAMENTÁRIAS								
4				Prefeitura Municipal de Pedreira				
02				PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA				
02 10				SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO				
021003				DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL				
12				Educação				
12 361				Ensino Fundamental				
12 361 0007				Educação Básica				
12 361 0007 2132 0000				Operacionalização das Escolas de Ensino Fundamental - Primeira Infância				
504				4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500.000,00	0,00	-350.000,00	150.000,00
	0.01.00			220.000 ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades/f	0,00			150.000,00
					0,00			150.000,00
TOTAL ORÇAMENTARIO					500.000,00	0,00	-350.000,00	150.000,00
					0,00			150.000,00
					0,00			150.000,00
TOTAL GERAL					500.000,00	0,00	-350.000,00	150.000,00
					0,00			150.000,00
					0,00			150.000,00



12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANGELO MILANI PAVÃO
Secretário Municipal de Mobilidade Urbana

MARIÂNGELA APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES
Secretária Municipal de Educação



APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Fundamentação legal: Art. 18, parágrafo 1º da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

Descrição da necessidade: aquisição de veículos *zero quilômetro*, tipo caminhonete (*pick up*) destinados às Secretarias Municipais de Mobilidade Urbana e Educação, sendo:

- a) Aquisição de **01 (um)** veículo zero quilômetro tipo **PICK-UP (compacta) CABINE DUPLA** para fiscalização/patrolhamento/operação/policiamento de trânsito, coordenação de eventos que envolvam o fluxo de veículos e/ou pessoas, serviços de engenharia de tráfego/acompanhamento de implantação/manutenção de sinalizações/obras, serviços administrativos, transporte de equipamentos, materiais, dispositivos auxiliares de sinalização, materiais de sinalização viária vertical e servidores da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana;
- b) Aquisição de **01 (um)** veículo zero quilômetro, tipo **PICK-UP (compacta) CABINE SIMPLES** destinado ao setor de manutenção de unidades educacionais municipais (Secretaria Municipal de Educação).

A aquisição de novos veículos se justifica pela necessidade de modernização e ampliação da frota municipal, visando maior eficiência, redução de custos com manutenção corretiva, atendimento ágil e no aumento das demandas das secretarias.

A escolha por um modelo de **cabine dupla** (*Pick-up*) destinada a **SEMOBIL** se justifica por permitir o transporte simultâneo de no mínimo três servidores, garantindo eficiência nas ações de campo (*ações/funções diárias*) como blitz educativas, fiscalização viária, atendimentos a ocorrências viárias, vistoria de locais para projetos, fiscalizações de obras e sinalizações, atendimento a sinistros de trânsito,



interdições e desvio de vias, acompanhamento/monitoramento de eventos além de outras ações/atividades concernentes a Secretaria.

. A caçamba é elemento **essencial**, pois possibilita o transporte de cones, cavaletes, sinalização móvel, outros dispositivos temporários e auxiliares de sinalização, materiais educativos, ferramentas, entre outros equipamentos indispensáveis as ações **diárias** da secretaria. A presença de caçamba elimina a necessidade de veículos de apoio adicionais, otimizando recursos e aumentando a agilidade das ações.

A ausência de veículos adequados ou mesmo insuficientes, impacta negativamente na prestação dos serviços públicos, comprometendo a segurança viária, a fiscalização/organização de trânsito da população e a execução de projetos esportivos e sociais.

Justificativa para Aquisição de Veículo com transmissão Automática/CVT para Uso da Secretaria de Mobilidade Urbana: A Secretaria de Mobilidade Urbana tem como atribuições primordiais o planejamento, a gestão e a fiscalização das políticas públicas voltadas à circulação viária, segurança viária, transporte coletivo, acessibilidade e mobilidade urbana sustentável. Para o pleno exercício dessas funções, faz-se necessária a utilização de veículos adequados que atendam às exigências operacionais com eficiência, segurança e economia: a) **Melhor desempenho em áreas urbanas:** Veículos automáticos são mais adequados para o tráfego intenso e os deslocamentos frequentes em curtos espaços, comuns no ambiente urbano. A ausência da necessidade de troca manual de marchas facilita a condução em situações de tráfego lento e melhora o tempo de resposta em deslocamentos operacionais; b) **Segurança e conforto para os motoristas:** O câmbio automático reduz o cansaço dos condutores, especialmente em longas jornadas ou em deslocamentos com paradas constantes, contribuindo para maior atenção ao trânsito e, consequentemente, mais segurança nas operações (*agentes de trânsito permanecem mais da metade do seu turno de trabalho dentro do veículo*); c) **Participação em eventos e deslocamentos em baixa velocidade:** O veículo da Secretaria de Mobilidade Urbana frequentemente acompanha **procissões, caminhadas, corridas de rua e outros eventos públicos**, que exigem tráfego constante em baixa velocidade. Nessas situações, veículos com câmbio manual demandam trocas frequentes de marcha, aumentando o desgaste físico do condutor e dos componentes do veículo. O câmbio automático se mostra ideal, proporcionando uma condução mais suave, segura e com menor desgaste mecânico; d) **Redução de custos com manutenção:** Veículos automáticos modernos tendem a apresentar menor desgaste de embreagem e componentes relacionados à transmissão, o que, a longo prazo, representa economia em manutenção corretiva.

Dessa forma, a aquisição de um veículo automático atenderá à necessidade da Secretaria de Mobilidade Urbana em desempenhar suas funções com mais eficiência, segurança e economia, representando um investimento estratégico para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.



O setor de manutenção da **Secretaria Municipal de Educação** é responsável pela execução de serviços contínuos de conservação, reparos elétricos, hidráulicos, estruturais e de mobiliário nas unidades escolares da rede municipal de ensino.

Essas atividades exigem deslocamentos frequentes e urgentes entre diversas escolas, creches e prédios administrativos, bem como o transporte de ferramentas, **materiais, equipamentos** volumosos impossibilitando o uso de veículos sem compartimento de carga.

Assim, a aquisição de um novo veículo se justifica pela necessidade de modernização e ampliação da frota municipal, visando maior eficiência, redução de custos com manutenção corretiva, atendimento ágil e no aumento das demandas para a manutenção das unidades escolares municipais. A escolha por um veículo tipo *Pik-up* compacta se justifica por permitir o transporte simultâneo de servidores, materiais, ferramentas e equipamentos para realização de manutenção nas unidades educacionais do município.

A ausência de veículos adequados ou mesmo insuficientes, impacta negativamente na prestação dos serviços públicos, principalmente nas demandas de manutenção das unidades

Dessa forma, a aquisição de um veículo do tipo *pick up* atenderá à necessidade do setor de manutenção da Secretaria de Educação, a fim de desempenhar suas funções com mais eficiência, segurança e economia, representando um investimento estratégico para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à educação municipal.

Por derradeiro, veículos novos, por incorporarem tecnologias mais modernas de motorização, controle eletrônico e sistemas de pós-tratamento de gases, **apresentam maior eficiência energética e menores níveis de emissões de poluentes atmosféricos quando comparados a veículos antigos**. Além disso, **atendem integralmente às normas ambientais vigentes**, como os limites de emissões estabelecidos pelo **PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores)**, contribuindo de forma efetiva para a redução da pegada ambiental da frota municipal, a melhoria da qualidade do ar e o alinhamento das ações do Município às políticas públicas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Fundamentação legal: Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Município de Pedreira ainda não implementou o instrumento de PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). Apesar disso, instituiu Comissão específica para essa finalidade, que segue atuando para a elaboração do documento final a ser apresentado e cadastrado nos portais oficiais públicos.



Entretanto, a presente contratação encontra respaldo no respectivo planejamento desta Secretaria solicitante, presente nas peças orçamentárias anteriores (PPA e LDO), estando em consonância com o atual orçamento desta Secretaria. Assim, o princípio do planejamento está respeitado, independente da confecção do PCA.

Nesse sentido, temos o seguinte posicionamento a ser destacado:

“Apesar do reconhecimento da importância do PCA para o aprimoramento da gestão pública, é necessário avaliar a base normativa que sustenta sua obrigatoriedade. O texto da Lei nº 14.133/2021, ao dispor sobre o tema, utiliza o verbo “poderão” ao prever a elaboração do Plano de Contratação Anual, reservando aos entes federados a discricionariedade quanto à sua confecção. A ausência de termos como “preferencialmente” ou “deverão” reforça a conclusão de que não há obrigação legal para a criação do PCA. Essa facultatividade encontra-se adequada à percepção do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que os entes federativos devem gozar de certa liberdade para regular assuntos de forma distinta.”

Fundamentação legal: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso I do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisito da futura contratação que os veículos sejam:

- a) tipo caminhonete (pick-up), cabine dupla;** 04 (quatro) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicombustível (gasolina/etanol); na cor branca; capacidade mínima para 04 pessoas; potência mínima de 100 cv; ar-condicionado; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; transmissão automática ou cvt com no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; rodas em liga leve mínimo aro 16; central multimídia; protetor de caçamba; protetor de cárter; capota marítima; sensor de estacionamento traseiro; tapetes; preferencialmente de fabricação nacional e ano corrente; **conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN**; Garantia mínima de 01 (um) ano. *Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica; (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).*
- b) tipo caminhonete (pick-up ‘Compacta’), cabine simples;** 02 (duas) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicombustível (gasolina/etanol); na cor branca; potência mínima de 90 cv; ar-condicionado; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; protetor de caçamba; protetor de cárter; tapetes em borracha; preferencialmente de fabricação nacional; **conter demais equipamentos**



exigidos pelo CONTRAN; Garantia mínima de 01 (um) ano. *Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).*

O **conceito**, descrição de **veículo zero quilômetro** não deve ser interpretado de forma literal, nem se confunde com hidrômetro zerado, ainda que apresente pequena quilometragem decorrente de testes, deslocamentos logísticos ou procedimentos preparatórios para entrega.

A margem de tolerância quanto a quilometragem adotada pelo município será **de 25 (vinte e cinco) quilômetros**, como parâmetro já seguido pelo **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** (*Pregão Eletrônico 12 /2024 - SEI 19.00.6100.0004774/2023-94 - UASG – 590001*).

A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) seguir as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, no Conselho Nacional de Trânsito (**Contran**), no Conselho Nacional do Meio Ambiente (**Conama**) e no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (**Proconve**). A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, **observando também a legislação ambiental** para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

Os veículos deverão ser entregues devidamente registrados/licenciados e devidamente emplacados pela contratada em nome do Município de Pedreira/SP, para imediata utilização pelos órgãos municipais;

Não será admitida a **subcontratação** do objeto.

Durante a realização da pesquisa de mercado destinada a subsidiar a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), bem como a estimativa de preços, verificou-se que o mercado automotivo nacional apresenta, **no momento, oferta restrita** de veículos do tipo **picapes compactas**, conforme as especificações técnicas que atendem as necessidades da Administração.

Constatou-se que, no segmento de **picapes compactas com cabine simples**, existem **atualmente apenas dois modelos disponíveis**, comercializados por **fabricantes distintos**, quais sejam: **Fiat Strada** e **Volkswagen Saveiro**.

Da mesma forma, no que se refere ao segmento de **picapes com cabine dupla e transmissão automática/CVT**, observou-se que **somente duas montadoras** dispõem de modelos que atendem às características técnicas mínimas exigidas, sendo: **Chevrolet (GM Montana)** e **Fiat (Strada)**.

Dessa forma, a limitação de modelos e fabricantes observada não decorre de restrição de competitividade imposta pelo órgão demandante, mas sim de uma condição objetiva do mercado nacional, sendo tecnicamente justificável que apenas duas opções constem da pesquisa de preços e da análise de alternativas; ressaltando-se, contudo, que tais modelos são amplamente comercializados no território



nacional por inúmeras *concessionárias, distribuidores e revendedoras independentes*, o que assegura a ampla competitividade entre fornecedores, a obtenção de propostas vantajosas e o atendimento aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

DEMAIS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:**DA FORMA, PRAZO, LOCAL, HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

O objeto deverá chegar ao seu local de entrega em cima de veículo de transporte. A contratada será responsável pela entrega e descarregamento do objeto.

O objeto deverá ser entregue em até 90 (noventa) dias após o recebimento do empenho formalizado pela Prefeitura Municipal de Pedreira. O empenho poderá ser entregue via e-mail ou pessoalmente a contratada, caso esteja localizada no Município de Pedreira/SP, de acordo com a necessidade do município.

O prazo de entrega, está em conformidade com a pesquisa de mercado que foi feita para compor este Estudo.

O objeto deverá ser entregue no Paço Municipal, situado na Praça Epitácio Pessoa, nº 03 - Centro - Pedreira/SP, Cep: 13.920-013, no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados ou pontos facultativos, sem nenhum custo adicional para o Contratante, sendo que no preço ofertado deverá estar incluso o custo com o frete.

CATÁLOGO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

Deverá ser apresentado **catálogo(s) ou documento(s) equivalente(s)** da marca/**modelo** do veículo a ser entregue, escrito em português, ou em outra língua estrangeira com tradução oficial para a Língua Portuguesa, contendo as características técnicas do mesmo. No catálogo ou documento equivalente deverão constar identificação do veículo, bem como, as descrições necessárias para comprovar que as características contidas no mesmo preenchem a todos os requisitos estabelecidos no descritivo.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se compromete a:

- a) Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente (no prazo de 24 (vinte e quatro) horas), qualquer ocorrência ou anormalidade no fornecimento do objeto;
- b) Assumir total responsabilidade sob o fornecimento do objeto, e responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;



- c) A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- d) Fornecer o objeto de acordo com o que foi estabelecido neste estudo;
- e) A CONTRATADA será a única responsável pela entrega do objeto, sendo que no preço contratado já deverá estar incluso o custo com a entrega do mesmo;
- f) A mesma fornecerá o(s) item (ns) / objeto(s) de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela contratante;
- g) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

O **CONTRATANTE** se compromete a:

- a) Fornecer todos os dados e informações necessárias ao completo e correto fornecimento do objeto;
- b) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, promover o pagamento estipulado para tal, bem como fornecer atestado de fornecimento quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

Fundamentação legal: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II do § 2º do art. 4º do Decreto municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

4. ESTIMATIVA DO(S) QUANTITATIVO(S)

A estimativa do quantitativo constante na tabela abaixo foi elaborada para o ano corrente, com base em levantamentos técnicos feitos pelas Secretarias solicitantes. Acrescenta-se que nos contratos celebrados por esta Administração já se conta com compra de item no mesmo segmento e o mesmo tem se mostrado eficiente economicamente e, portanto, deverá ser usada essa metodologia para esse Estudo Técnico Preliminar, conforme planilha abaixo:



ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRAS.GOV
1	01	Und	tipo caminhonete (pick-up), cabine dupla; 04 (quatro) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicombustível (gasolina/etanol); na cor branca; capacidade mínima para 04 pessoas; potência mínima de 100 cv; ar-condicionado; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; transmissão automática ou cvt com no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; rodas em liga leve mínimo aro 16; central multimídia; protetor de caçamba; protetor de cárter; capota marítima; sensor de estacionamento traseiro; tapetes; preferencialmente de fabricação nacional e ano corrente; conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN; Garantia mínima de 01 (um) ano. <i>Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica; (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).</i>	471270
2	01	Und	tipo caminhonete (pick-up 'Compacta'), cabine simples; 02 (duas) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicombustível (gasolina/etanol); na cor branca; potência mínima de 90 cv; ar-condicionado; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; protetor de caçamba; protetor de cárter; tapetes em borracha; preferencialmente de fabricação nacional; conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN; Garantia mínima de 01 (um) ano. <i>Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).</i>	615221

Obs.: Caso haja divergência entre a descrição dos itens do código do Compras.gov, CONSIDERAR os descritivos acima, solicitados pelo município.

Fundamentação legal: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

O objeto a ser adquirido está dentro da padronização do mercado e como há muitos fabricantes, importadores, distribuidores e empresas de mercado nacional que comercializam o objeto a ser licitado e devido ao fato do bem a ser adquirido ser classificado como bem comum, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por este Estudo Técnico Preliminar, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado, optou-se pela utilização do



Pregão Eletrônico, fornecimento único, como forma de aquisição do bem pretendido, conforme estudo e soluções que serão mencionadas a seguir:

Solução 01: *DISPENSA POR LIMITE:*

Não se aplica.

Por não se tratar de manutenção em veículo automotor e sim em aquisição do mesmo o valor não se enquadraria neste tipo de solução, e, também, pelo fato de que, para a compra do objeto em questão, a regra do Município é formalizar processo licitatório e não a compra via dispensa de licitação.

De acordo com o Decreto 12.343, de 30 de dezembro de 2024, que atualiza os valores anualmente conforme o art. 182 da Lei nº 14.133/2021, os valores máximos para contratação direta em 2025 são:

R\$ 125.451,15 para obras e serviços de engenharia ou de manutenção de veículos automotores;

R\$ 62.725,59 para outros serviços e compras.

O artigo que embasa esses valores é o art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Solução 02: *CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL:*

Não se aplica.

Apesar da necessidade da compra do veículo que virá em auxílio a esta Divisão, entende-se não haver essa necessidade.

Solução 03: *LOCAÇÃO DO VEÍCULO:*

Não se aplica

Esta solução seria interessante quando o objeto for uma frota e não somente a locação de 02 (dois) veículos, tendo em vista que o veículo será para diferentes Secretarias deste município, com isso a governança teria poder de compra frente aos proponentes e com isso propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Solução 04: *COMPRA VIA PREGÃO ELETRÔNICO:*

Viável.

Foi identificada a seguinte solução de mercado que pode, em tese, atender os requisitos específicos para a contratação:



Fornecimento através de Pregão, mediante contrato (empenho), com entrega única – fornecimento não contínuo.

A opção pela aquisição do veículo, em vez da solução 03, decorre de análise técnica e administrativa que demonstra ser esta a alternativa mais econômica, eficiente e duradoura para o interesse público.

A modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, mediante **contrato**, com **entrega única – fornecimento não contínuo**, é a solução que mais se adequa à necessidade pretendida é a forma mais usual de se comprar veículos no mercado.

A motivação pela escolha do modelo supramencionado para este estudo se dá também pelas características do objeto que se enquadra na classificação de bens comuns.

A solução faz parte dos contratos já firmados pela municipalidade e se mostra amplamente utilizado por outros Órgãos Públicos, sejam Municipais, Estaduais ou Federais o que demonstra ser uma prática funcional. Ressalta-se que a solução foi apreciada, ponderando-se outras situações que não se mostram possíveis a este objeto, assim como os preceitos legais implícitos.

A Administração Municipal, ao longo dos últimos exercícios, tem adotado como prática a aquisição de veículos próprios para suas diversas Secretarias, o que vem se mostrando vantajoso e eficiente sob os aspectos operacional, econômico e patrimonial.

A política de aquisição de veículos pela Administração tem se mostrado eficiente, proporcionando economia de recursos, redução de despesas com contratos de locação e melhor gestão da frota municipal.

A experiência administrativa demonstra que a posse de veículos próprios possibilita uma gestão mais racional dos recursos públicos, uma vez que a (s) Secretaria (s) pode (em) programar e executar manutenções preventivas e corretivas de baixo custo, preservando o bom estado de conservação dos bens e prolongando significativamente sua vida útil, que frequentemente ultrapassa vários anos de uso contínuo.

Dessa forma, verifica-se que a política de aquisição de veículos próprios adotada pela Administração tem se mostrado mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, (conforme a utilização do veículo; veículos esses que serão utilizados por um único motorista, em dias úteis e du garantindo continuidade, eficiência e economicidade na execução das



atividades institucionais, especialmente naquelas que demandam uso constante e prolongado, como as desempenhadas pelo setor de manutenção.

A solução escolhida atende as determinações legais mostrando-se a opção mais viável técnica e econômica à Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO, TIPO CAMINHONETE (PICK UP) E SEDAN, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MOBILIDADE URBANA E DE ESPORTE E LAZER.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023	COMPRA DE 01 (UM) VEICULO PICK-UP, CABINE DUPLA, ZERO QUILOMETRO, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E CIDADANIA.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023	Compra de veículos automotores tipos caminhonete (pick up), sedan, hatchback e SUV, novos, destinados às Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Educação e de Segurança e Cidadania deste Município.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2022	Compra de 01 (um) veículo pick-up, cabine dupla, zero quilômetro, destinado à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.
Pregão Eletrônico nº 51/2022	Compra de veículo automotor tipo caminhonete (pick up), novo, destinado à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022	CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS DE PASSEIO, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA/SP.
Pregão Eletrônico 088/2020	A COMPRA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO HATCHBACK, SEDAN E CAMINHONETE (PICK UP), NOVOS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E OBRAS E VIAS PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO 86/2021	COMPRA DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO PARA UTILIZAÇÃO NO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.
Pregão Eletrônico 59/2021	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DOS TIPOS HATCHBACK, CAMINHONETE (PICK UP) E VAN (TIPO FURGÃO), NOVOS, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Fundamentação legal: Fundamentação legal: Inciso V do §1º do art.18 da Lei Federal 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de custo para o fornecimento deste item constante neste Estudo Técnico Preliminar para compra é de **R\$ 145.387,14** (cento e quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos) para o veículo Pick-up **cabine dupla** e **R\$ 116.990,00** (cento e dezesseis mil, novecentos e noventa reais) para a **cabine simples**. **Estimativa total da contratação: R\$ 262.377,14** (duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e sete reais e quatorze centavos).



PREFEITURA DE

PEDREIRA

Convém esclarecer que para fins de estimativa, levou-se em consideração a média aritmética aplicada no objeto, de acordo com a pesquisa de preços realizada via solicitação de proposta comercial/cotação de preços através de e-mail à fornecedores (conforme imagem abaixo), site de montadoras, contratos públicos PNCP e contratos com a administração municipal (item 01).

15 de janeiro de 2026 às 16:10

Secretaria Mobilidade Urbana <mobildade.urbana@pedreira.sp.gov.br>

SOLICITAÇÃO PROPOSTA COMERCIAL - AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS

Co: belabru@me.com, renato souza@comercialgermanica.com.br, DIRETA13 ANDRETA@grupondreta.com.br, manupa@manupa.com.br, operacional@manupa.com.br, adriana neves@jvexp.com.br, reginaldo@fiatvalverde.com.br, adriana neves72@hotmail.com, bruno.jesus@cidade.com.br, ributario@grupofonani.com.br, luz-varcin@grupofattore.com.br, sigmarrepresentacoesmg@gmail.com, jaison.lamonitto@matinaveiculos.com.br, laura.alves@ramires.com.br, pantunes.mesquita@gmail.com, contabilidade-01@andreta-amparo.com.br, patricia@yahoo.com.br, licitacao@grupoinfamillazzo.com.br, vendasgoverno@scscomercial.com.br, cotacoes.gov@gmail.com, a.11belabru@gmail.com, luciano.klem@tempoveiculos.com.br, smartcomveiculos@gmail.com, paula.lemans@grupostefani.com.br, thiago@unionveiculos.com.br, alexandrevid@unionveiculos.com.br, flavio.souza@samarcoveiculos.com.br, marques.mullmarcas@hotmail.com, jcosta@nipo.kar.com.br, contato.licitacao1@gmail.com, silvana.vendas@elfascherrolet.com, tania@grupofaberge.com, alex.cyrillo@otovel.com.br, marcus.tone@hotmail.com, vivian.mondim@gmail.com, davi.mandim@gmail.com, valec.licitacoes@cfaa.com.br, helio.mozart@valcarenault.com.br, joao.alves@valcarenault.com.br, vendas55.andreamog@grupondreta.com.br, edsoncardillo@fiatvalverde.com.br, talithaempresa@hotmail.com, ldmmercanti@gmail.com, vendasdireta@ullato.com.br, carlos.morais@hyundai-brasil.com, joao.carlos@kadaveiculos.com.br, elias.siqueira@virage.com.br, contato@consultoriaconsec.com.br, vendas_andreia@uol.com.br, rogerio@grupondreta.com.br, a3demprendimentos@gmail.com, adm@a3d.net.br, geminal@proeste.com.br, rodrigo.nunes@denigris.com.br, vendasgoverno@denigris.com.br, sandro@mercall.com.br, vendasgoverno@mercall.com.br, ajdasessoria@gmail.com, licitacao@oslam.com.br, licitacao@grupoi3.net, emegacom@terra.com.br, helio.mozart@valcarenault.com.br, renata@cardinalmt.com.br, adriana.cecconelli@volkswagen.com.br, licitacoesameriv@hotmial.com, adm@latnamotora.com.br, comercialmazury@yahoo.com.br, marianacunha.limeira@grupopirasa.com.br, utilitarios@laplacaar.com.br, gustavo.r.nogueira@daimler.com, paulo.lima@chevroletnova.com.br, silvana.schinatto@marcopolo.com.br, zlandams@gmail.com, tiberioveiculos.marcio@outlook.com, reobote.produtos.servicos@hotmail.com, marcelcordeiro.vdr@gmail.com, contato.allbraz@gmail.com, comercial@grupoinfinity.com.br, licitacao@bellas@gmail.com, cellanogueira@terra.com.br, Rodrigo.Vieira.Dionisio <rodrigo.vieira@gruponzo.com.br>, administracao@viapapan.com.br, administracao@alavel.com.br, administracao@guaracampogrande.com.br, elaine.martins@rupemazonas.com.br, nipo.servicos@gmail.com, laralich@grupofaria.com.br, laralich@terra.com.br, lidia.cha@gmail.com, alberto.nicolosi@grupopplauso.com.br, ronei@grupopplauso.com.br, financeiro.allbraz@gmail.com, AMVAS.VEICULOS@ig.com.br, ideal-veiculos@uol.com.br, ACEVEL.VEICULOS@hotmail.com

Boa tarde,

Solicito proposta comercial conforme descrito/exigências contidas no doc. anexo.

A proposta deverá ser preenchida exclusivamente no documento anexo (Pedido de Cotação).

Prazo: 20/01/2026 às 12h.

Atenciosamente,

Pedido de cotação - veiculos (1).doc
259K



PESQUISA DE PREÇOS PARA VEÍCULO PICK UP CABINE DUPLA – Item 01

EMPRESA	MARCA	CNPJ	VALOR UN.	PRAZO ENTREGA	BUSCA
ALPAVEL ALTA PAULISTA VEÍCULOS LTDA	STRADA VOLCANO 1.3 CABINE DUPLA AUTOMÁTICA 2025/2026	54.450.630/0001-97	R\$ 147.560,00	60 dias	Fornecedor
MAGGI VEICULOS LTDA	FIAT/ STRADA VOLCANO CABINE DUPLA 1.3 AT FLEX 2026	47.821.368/0001-84	R\$ 142.990,00	120 dias	Fornecedor
JAVEP VEICULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	Montana LTZ	50.752.211/0007-44	R\$165.990,00	90 dias	Fornecedor
General Motors do Brasil	Montana LTZ Turbo	59.375.792/0001-50	R\$ 168.990,00	----	Montadora Internet ³
APPLAUSO VEÍCULOS LTDA. <i>Veículos adquiridos pelo município de Pedreira/SP em 2025 (Proc. Lic. 26/25 – contrato 195/25).</i>	FIAT/ STRADA VOLCANO CABINE DUPLA1.3 AT FLEX - 2026	02.084.388/0001-81	R\$ 129.300,00	90 dias	Órgão Público
STELLANTIS AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA ⁴	Fiat Strada Volcano Cabine Dupla 1.3 Flex	16.701.716/ 0001-56	R\$ 133.980,00	----	Montadora - internet
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ/PR (Edital PE 16/2025)	FIAT STRADA VOLCANO CD AT	95.583.571/ 0001-02	R\$ 128.900,00	30 dias	Órgão Público
		MÉDIA	R\$ 145.387,14		
		Média do prazo de entrega	76 dias		

³ https://www.chevrolet.com.br/modelos/monte-o-seu/montana?vcid&s_id=5N43TT_RFD%3AGAZ⁴ <https://strada.fiat.com.br/monte.html?year=2026#cor>



PESQUISA DE PREÇOS PARA VEÍCULO PICK UP CABINE SIMPLES – Item 02

EMPRESA	MARCA	CNPJ	VALOR UN.	PRAZO ENTREGA	BUSCA
STELLANTIS AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA ⁸	<i>Strada</i> Endurance - Fiat	16.701.716/ 0001-56	R\$ 114.480,00	----	Montadora - internet ⁹
VOLKSWAGEN DO BRASIL	<i>Saveiro</i> Robust CS	59.104.422/0001-50	R\$ 112.690,00	----	Montadora - internet ¹⁰
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DE GOIÁS/GO Contrato nº 038/2025 - Data de assinatura: 07/10/2025	FIAT STRADA ENDURANCE CS, ANO 2025, MODELO 2025, COR BRANCA	11.335.530/0001-07	R\$ 106.600,00	30 dias	Órgão Público ¹¹
Comercial Germânica LTDA	VW Saveiro Robust – Cb Simples 26/26	02.952.561/0001-16	R\$ 112.690,00	----	Fornecedor
MANUPA COM.EXP., IMP. DE EQUIP. E VEICULOS ADAPTADOS LTDA.	FIAT STRADA 1.3 FREEDOM (SIMPLES)	03.093.776/0001-91	R\$ 136,500,00	90 dias	Fornecedor
ALPAVEL ALTA PAULISTA VEÍCULOS LTDA	STRADA ENDURENCE 1.3 CABINE PLUS 2025/2026	54.450.630/0001-97	R\$ 119.480,00	60 dias	Fornecedor
MAGGI VEICULOS LTDA	FIAT/ STRADA ENDURANCE CABINE PLUS 1.3 FLEX 2026	47.821.368/0001-84	R\$ 116.490,00	120 dias	Fornecedor
MÉDIA			R\$ 116.990,00		
Média do prazo de entrega			75 dias		

⁸ <https://strada.fiat.com.br/monte.html?year=2026#cor>⁹ <https://strada.fiat.com.br/monte.html#cor>¹⁰ https://www.vw.com.br/pt/configurador.html/_app/saveiro/saveiro-robust-cs.app?---=%7B%22configuration-step-navigation-service%22%3A%22%2F%3FconfigStep%3D%257B%2522context%2522%253A%252230345-34571-Robust%2BCS%2522%252C%2522selectedStep%2522%253A%2522engine%2522%257D%22%7D&category-app=private&carlineId-app=30345&salesGroupId-app=34571&trimName-app=Robust+CS&modelId-app=5URNL4&modelVersion-app=1&modelYear-app=2026¹¹ <https://pncp.gov.br/app/contratos/11335530000107/2025/68>




PREFEITURA DE

PEDREIRA

https://www.chevrolet.com.br/modelos/monte-o-seu/montana?vid&s_id=5N43TT_RFD%3AGAZ

Cameras interno Cameras externo Login Catálogo Compras... PREGÃO ELETRÔNICO Faça o Login no Co... BCM 1035 Conteúdo Senatran...

2026 Montana



Contate uma Concessionária

À vista Financiamento

R\$ 168.990¹

Preço à vista

Veículo

Montana LTZ Turbo	R\$ 167.990
Branco Summit	R\$ 1.000
Roda de liga leve aro 17" com design exclusivo para a versão LTZ	Padrão
Bancos híbridos (tecido e revestimento premium) nas cores Preto "Jet Black" e Marrom "Brownstone"	Padrão

Total estimado R\$ 168.990¹

IMPORTANTE: A simulação de compra não garante a disponibilidade do veículo escolhido.

¹ O preço demonstrado é sugerido e pode variar de acordo com as concessionárias.

Aplicar →

Mostrar área de trabalho

24°C Chuvada fraca

Pesquisar

18:33 15/01/2026

https://strada.fiat.com.br/monte.html#cor

Cameras interno Cameras externo Login Catálogo Compras... PREGÃO ELETRÔNICO Faça o Login no Co... BCM 1035 Conteúdo Senatran...

MENIU

MONTE A SUA NOVA STRADA

1. Versão

2. **Cor**

3. Kit Opcionais

4. Acessórios

5. Resumo

2. Escolha uma **COR**

SÓLIDAS PRETO VULCANO R\$ 0,00

SÓLIDAS VERMELHO MONTECARLO R\$ 990,00

ABICIONADO! SÓLIDAS BRANCO BANCHISA R\$ 990,00

METÁLICAS PRATA BARI

PRÓXIMO: KIT OPCIONAIS

Seu carro


STRADA ENDURANCE CABINE PLUS 1.3 FLEX 2026

Valor Total **R\$ 114.480,00**

a partir de **R\$ 1.226,80/ mês**

Simule as parcelas

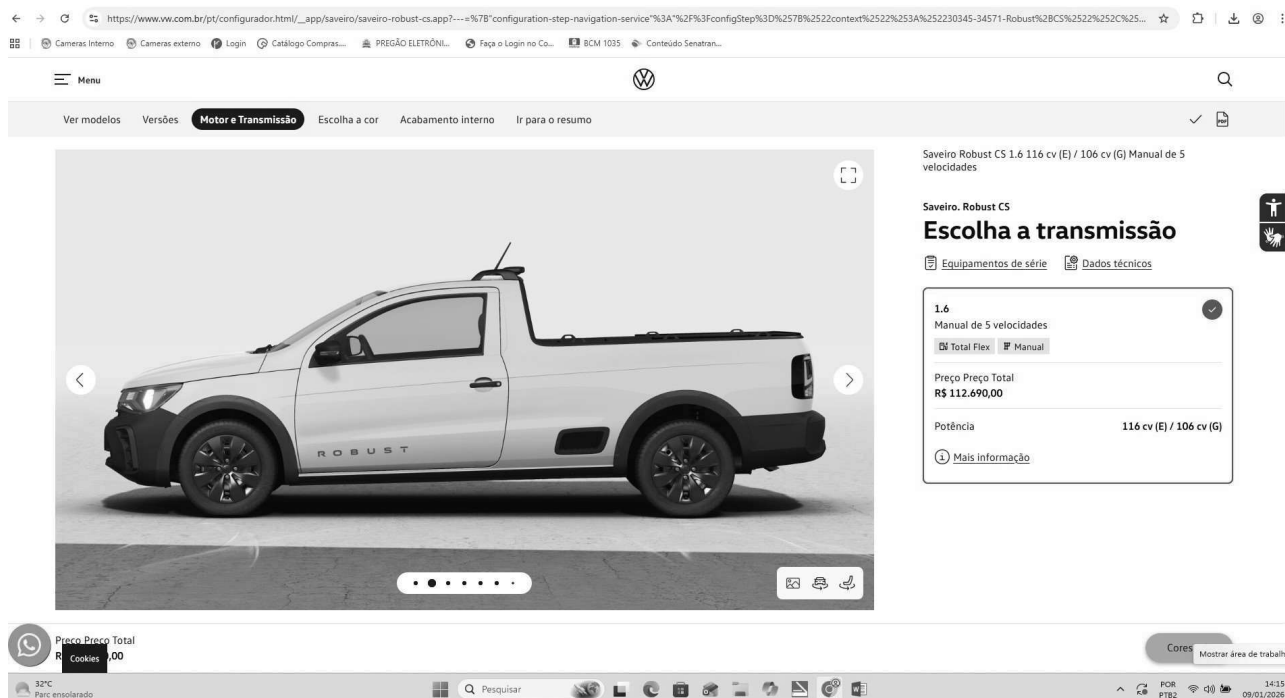
VER 360°



32°C Parcialmente ensolarado

Pesquisar

14:09 09/01/2026



As pesquisas de preços encontram-se anexas a este Estudo Técnico Preliminar, e foram feitas em consonância com o Decreto Municipal 3810/2023.

As marcas e modelos pesquisadas atendem a descrição do objeto e as necessidades das Secretarias solicitantes.

Embora a média dos **prazos de entrega** apurados tenha sido de 76 (setenta e seis) e 75 (setenta e cinco) dias, optou-se pela **fixação do prazo de 90 (noventa) dias**, de forma a ampliar a competitividade do certame e assegurar a participação de um maior número de interessados, em observância aos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ainda que um dos fornecedores tenha indicado prazo de entrega de até 120 (cento e vinte) dias, entende-se razoável a fixação do prazo de 90 (noventa) dias, por se tratar de período compatível com a média de mercado apurada e suficiente para não restringir a participação de diversos interessados no certame. O prazo de 120 (cento e vinte) dias, por sua vez, mostra-se excessivo e incompatível com a necessidade e o interesse público envolvidos, não se revelando razoável para a espera da Administração, sobretudo diante das necessidades operacionais e ao princípio da eficiência que rege a atuação administrativa.

Fundamentação legal: Inciso VII, do § 1º, do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV, do § 2º, do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



A solução como um todo que melhor atende as necessidades do município, se encontra exposta nos tópicos anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, principalmente nos tópicos 3, 4, 5 e 6.

Fundamentação legal: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Não se aplica.

Fundamentação legal: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, art. 40 parágrafos 2º da Lei 14.133/21.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a aquisição do (s) veículo (s):

- a) **Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana:** A **segurança viária** com a consequente redução de sinistros de trânsito – redução de vítimas/mortes no trânsito, atendimento aos usuários das vias municipais, a fiscalização e a educação no trânsito, conforme dispostos no Código de Trânsito Brasileiro, obrigações do município conforme disposição Legal.

A aquisição de veículo destinado às atividades de operação e fiscalização de trânsito encontra-se alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Agenda 2030), em especial às **ODS 3, 11 e 16**, contribuindo de forma direta para a segurança viária, a saúde pública e o fortalecimento institucional do Município.

No que se refere à **ODS 3 – Saúde e Bem-Estar**, a aquisição atende à Meta 3.6, que estabelece a redução de mortes e lesões decorrentes de sinistros de trânsito. O veículo operacional possibilita a ampliação e o aprimoramento das ações de fiscalização preventiva, ordenamento viário e resposta rápida a ocorrências, contribuindo para a redução de comportamentos de risco, sinistros e fatalidades no trânsito, reconhecido internacionalmente como tema de saúde pública.

Quanto à **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis**, a medida contribui para tornar o ambiente urbano mais seguro, organizado e acessível, alinhando-se à Meta 11.2, que visa promover sistemas de transporte seguros e sustentáveis. A atuação contínua da fiscalização, viabilizada por meio de veículo adequado, favorece a mobilidade urbana, a convivência segura entre os diferentes usuários das vias e a melhoria da qualidade de vida da população.

Por fim, a aquisição também se relaciona à **ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes**, ao fortalecer a capacidade operacional do órgão municipal de trânsito e assegurar o exercício eficiente do poder de polícia administrativa, conforme as competências estabelecidas no Código de



Trânsito Brasileiro. A presença efetiva da fiscalização nas vias públicas promove o cumprimento da legislação, a segurança jurídica e a confiança da sociedade nas ações da Administração Pública.

Ressalta-se que o veículo a ser adquirido deverá atender integralmente às normas e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, bem como às exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, assegurando menores níveis de emissão de poluentes atmosféricos. Tal exigência está alinhada ao **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima**, ao contribuir para a mitigação dos impactos ambientais e para a melhoria da qualidade do ar, especialmente em áreas urbanas, reforçando ainda os objetivos da ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Dessa forma, a aquisição do veículo revela-se medida necessária e adequada, por contribuir simultaneamente para a preservação da vida, o desenvolvimento urbano sustentável e o fortalecimento institucional, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público, bem como com os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030 da ONU.

- b) **Secretaria Municipal de Educação:** aprimoramento da eficiência do setor de manutenções, proporcionando maior agilidade no deslocamento de equipes e do transporte de equipamentos/materiais/ferramentas entre as unidades escolares, permitindo assim respostas mais rápidas as demandas, garantindo melhores condições de funcionamento das unidades escolares.

A aquisição de um veículo destinado à manutenção das unidades escolares constitui uma ação estratégica para o fortalecimento da política educacional e da gestão pública eficiente, estando diretamente alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente os **ODS 4, 11 e 13**.

No que se refere à **ODS 4 – Educação de Qualidade**, o veículo possibilitará maior agilidade no atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva das unidades escolares, garantindo ambientes físicos seguros, acessíveis e adequados ao processo de ensino-aprendizagem. A melhoria da infraestrutura escolar contribui diretamente para a permanência dos estudantes, a valorização dos profissionais da educação e a elevação da qualidade do ensino ofertado.

Quanto à **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis**, a disponibilização de um veículo próprio para a manutenção escolar promove uma gestão mais eficiente dos serviços públicos, reduzindo a dependência de contratações emergenciais e otimizando o deslocamento das equipes técnicas. Essa medida fortalece a infraestrutura urbana e os equipamentos públicos educacionais, assegurando maior equidade no atendimento às unidades localizadas em diferentes regiões do município, inclusive em áreas mais afastadas.

Em relação à **ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima**, a aquisição planejada do veículo permite a adoção de critérios de eficiência energética e redução de emissões de gases



de efeito estufa, como a escolha de modelos mais econômicos ou com menor impacto ambiental. Além disso, a centralização e o planejamento das rotas de manutenção contribuem para a diminuição de deslocamentos desnecessários, reduzindo o consumo de combustível e a emissão de poluentes.

Dessa forma, a aquisição do veículo destinado à manutenção das unidades escolares configura-se como uma ação integrada e sustentável, que promove a qualidade da educação, fortalece a gestão urbana e contribui para a mitigação dos impactos ambientais, em consonância com os princípios da Agenda 2030 e com o compromisso do poder público com o desenvolvimento sustentável.

Pretende-se ainda, que durante a sessão seja selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, tanto em relação aos custos quanto em relação ao aspecto qualitativo do objeto adquirido durante todo o processo.

Fundamentação legal: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A contratação do fornecimento desse objeto já ocorre neste município há anos, tendo demonstrado resultados positivos, bem como insta salientar que, neste Estudo Técnico Preliminar estão estabelecidas todas as obrigações da Contratante e da Contratada, como nos processos anteriores, contendo direitos e deveres de cada parte, e cabe informar ainda que, nos contratos anteriores, com relação ao mesmo objeto e análogos ao mesmo, não foram observados equívocos ou dificuldades no fornecimento do item.

Outra providência a ser tomada pela Administração é a nomeação fiscais técnicos e fiscais administrativos para fiscalização do contrato, bem como ser definida a parcela de responsabilidade de cada um.

Fundamentação legal: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS INTERDEPENDENTES

Não se aplica

Fundamentação legal: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

**12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

A contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

Fundamentação legal: Inciso XII do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

13. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Não se aplica.

Fundamentação: Inciso IX do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

14. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Não se aplica.

Fundamentação legal: Inciso X do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando:

- a) a responsabilidade e obrigação da Prefeitura Municipal de Pedreira na eficiência dos serviços públicos, e segurança viária;
- b) a necessidade dos serviços realizados pelas Secretarias;
- c) o transporte dos servidores se mostra essencial para a execução dos serviços constantes neste Estudo;

A aquisição destes veículos atuará consideravelmente em tais circunstâncias.

Este Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a solução que melhor atende técnica e administrativamente ao interesse público se mostra possível, e encontra-se fundamentada e alinhada ao cumprimento das metas deste Município.

**JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE:**

Conforme demonstrado neste estudo, a contratação é uma necessidade do órgão, bem como é oferecido por diversas empresas no mercado, permitindo a obtenção de ampla disputa, a fim de que a Administração assegure a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

A futura contratação alinha-se às finalidades da administração e é viável do ponto de vista ambiental, econômico e estratégico, conforme demonstra este estudo.

Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados.

A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

Portanto conclui-se pela licitação, na forma Eletrônica, por meio de pregão, do tipo menor preço, mediante entrega única.

Fundamentação legal: Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

16. FONTE DE RECURSOS

A contratação será custeada a partir de recursos do Tesouro.

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana: Tesouro

Secretaria Municipal de Educação: Tesouro FUNDEB

17. RESPONSÁVEIS

Portanto, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, nos moldes descritos neste Estudo Técnico Preliminar.

STHEFANE ALVES DA CUNHA

Agente de Trânsito da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FERNANDO DA SILVA

Oficial Administrativo

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Pedreira, 09 de janeiro de 2026



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇO

ITEM (NS)	QTDE (S)	UNID (S)	DESCRIÇÃO(ÕES)	MARCA(S) / MODELO (S)	VALOR (ES) UNITÁRIO (S)	VALOR (S) TOTAL(IS)
01	01	Und	Tipo caminhonete (pick-up), cabine dupla; 04 (quatro) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicomcombustível (gasolina/etanol); na cor branca; capacidade mínima para 04 pessoas; potência mínima de 100 cv; ar-condicionado; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme; direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica; transmissão automática ou cvt com no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; rodas em liga leve mínimo aro 16; central multimídia; protetor de caçamba; protetor de cárter; capota marítima; sensor de estacionamento traseiro; tapetes; preferencialmente de fabricação nacional e ano corrente; conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN; Garantia mínima de 01 (um) ano - em atendimento às ODS 3, 11, 13 e 16. Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica; (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).		R\$	R\$
02	01	Und	Tipo caminhonete (pick-up 'Compacta'), cabine simples; 02 (duas) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicomcombustível (gasolina/etanol); na cor branca; potência mínima de 90 cv; ar-condicionado; direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; protetor de caçamba; protetor de cárter; tapetes em borracha; preferencialmente de fabricação nacional; conter demais equipamentos exigidos pelo			



ITEM (NS)	QTDE (S)	UNID (S)	DESCRIÇÃO(ÕES)	MARCA(S) / MODELO (S)	VALOR (ES) UNITÁRIO (S)	VALOR (S) TOTAL(IS)
			CONTRAN; Garantia mínima de 01 (um) ano - em atendimento às ODS 4, 11 e 13. Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).			
VALOR GLOBAL				R\$		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____.

A proposta deverá estar em papel timbrado da proponente e vir assinada pelo(a) seu(ua) representante legal, onde deverá constar as seguintes informações:

- Razão Social, Endereço completo, CNPJ, E-mail e Telefone para contato;
- Número do Pregão Eletrônico e Processo Licitatório.

Obs.: Deverá ser apresentada **A(S) MARCA(S) / MODELO(S)** para o(s) item(ns) ofertado(s).

Apresentar o(s) endereço de e-mail(s) para comunicação.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaro, sob penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência, e esta licitante está ciente de todas as informações do edital e seus anexos.



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO Nº

MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP

(Processo Administrativo nº 1.387/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICIPIO DE PEDREIRA/SP, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
.....

14. O Município de Pedreira/SP por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial do Município de ... de ... de 20..., portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 06/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

15. 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de veículos 0 (zero) quilômetro, tipo caminhonetes (pick up compacta), destinados às Secretarias Municipais de Educação (em atendimento às ODS 4, 11 e 13) e Mobilidade Urbana (em atendimento às ODS 3, 11, 13 e 16), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto(s) da contratação:

ITEM (NS)	QTDE (S)	UNID (S)	DESCRIÇÃO(ÕES)	MARCA(S) / MODELO (S)	VALOR (ES) UNITÁRIO (S)	VALOR (S) TOTAL(IS)
01	01	Und	Tipo caminhonete (pick-up), cabine dupla; 04 (quatro) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicombustível (gasolina/etanol); na cor branca; capacidade mínima para 04 pessoas; potência mínima de 100 cv; ar-condicionado; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme; direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica; transmissão automática ou cvt com no mínimo 05 marchas a		R\$	R\$



ITEM (NS)	QTDE (S)	UNID (S)	DESCRIÇÃO(ÕES)	MARCA(S) / MODELO (S)	VALOR (ES) UNITÁRIO (S)	VALOR (S) TOTAL(IS)
			frente e 01 a ré; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; rodas em liga leve mínimo aro 16; central multimídia; protetor de caçamba; protetor de cárter; capota marítima; sensor de estacionamento traseiro; tapetes; preferencialmente de fabricação nacional e ano corrente; conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN; Garantia mínima de 01 (um) ano - em atendimento às ODS 3, 11, 13 e 16. Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica; (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).			
02	01	Und	Tipo caminhonete (pick-up 'Compacta'), cabine simples; 02 (duas) portas; 0 (zero) km; Ano de fabricação: do ano corrente ou posterior; bicomcombustível (gasolina/etanol); na cor branca; potência mínima de 90 cv; ar-condicionado; direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica; freio com abs.; air bag duplo; capacidade de carga de no mínimo 600 kg; protetor de caçamba; protetor de cárter; tapetes em borracha; preferencialmente de fabricação nacional; conter demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN; Garantia mínima de 01 (um) ano - em atendimento às ODS 4, 11 e 13. Obs: o veículo deverá possuir itens de série da fábrica (exceto: tapetes, protetor de caçamba e de cárter).			
VALOR GLOBAL				R\$		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato é de até **60 (sessenta) dias**, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Quaisquer prorrogações do prazo definido no subitem 2.1., estarão subordinadas ao art. 111 e art. 115 § 5 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente **em até 03 (três) dias úteis**, contados da data da entrega dos produtos, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

Por ocasião da entrega, a **CONTRATADA** deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria Municipal Responsável, ou documento equivalente, do servidor do **CONTRATANTE** responsável pelo recebimento.

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá, se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Recebimento Definitivo: O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral



das especificações contratadas, mediante “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável.

6.2. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.2.1. O pagamento do objeto deste instrumento será efetuado diretamente pelo CONTRATANTE, através da sua Tesouraria.

6.2.2. O pagamento ocorrerá em até 15 (quinze) dias consecutivos após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura pelo Município, devendo a **CONTRATADA** emitir Nota Fiscal/Fatura no ato da entrega do objeto, conforme ordem de fornecimento enviada pela Divisão de Contratos deste Município, sendo que juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada, deverá ser apresentado **“Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, em conformidade com o tópico “Do recebimento do objeto”**, onde a Nota Fiscal e o Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, deverão vir com aceite dos Fiscais do contrato.

6.2.3. O prazo para liquidação da nota fiscal será **em até 10 (dez) dias**, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração e como supracitado o pagamento se dará em até 30 dias consecutivos após a data de liquidação.

6.2.4. Em caso de atraso no pagamento de valores devidos à Contratada, o Contratante deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.

6.2.5. Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

6.2.6. O fornecimento do objeto do presente termo de referência ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.

6.2.7. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento do bem contratado, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1.988.

6.2.8. Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante, Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

6.2.9. O pagamento será feito através de transferência bancária, sendo vedado a emissão de boleto bancário, cujos dados bancários da contratada deverão constar na Nota Fiscal a ser emitida.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. O preço inicialmente contratado é fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **23/01/2026**.



7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Além do que consta no Termo de Referência e seu apêndice, são obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de **01 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**.



8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Além do que consta no Termo de Referência o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente (no prazo de 24 (vinte e quatro) horas), qualquer ocorrência ou anormalidade no fornecimento do objeto;

9.9. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



- 9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.16. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.
- 9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.20. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv. **Multa:**
 1. Moratória de **0,5% a 15%** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **05 (cinco) dias úteis**.
 - i. O atraso superior a **05 (cinco) dias úteis** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de **15% a 30%** do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de **15% a 30%** do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de **15% a 30%** do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de **10% a 20%** do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de **10% a 20%** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.11. Ademais, deverão ser observadas também as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo V deste Edital.

12.12. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.5.1. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026:

Unidade: 022101 DEPTO DE TRANSITO E TRANSPORTES URBANOS

Funcional: 26.782.0019.1840.0000 Aquisição de veículo - Trânsito

Categoria Econômica: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recurso: 0 0100

Código de Aplicação: 400 006

Ficha nº: 1140

Nº da reserva: 133



Unidade: 022103 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Funcional: 12.361.0007.2132.0000 Operacionalização das Escolas de Ensino Fundamental - Primeira

Categoria Econômica: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recurso: 0 0100

Código de Aplicação: 220 000

Ficha nº: 504

Nº da reserva: 134

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no **prazo máximo de 1 (um) mês** (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedreira/SP, xx de xxxxxxxx de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2026

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Pedreira/SP

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0 (ZERO) QUILOMETRO, TIPO CAMINHONETES (PICK UP COMPACTA), DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (EM ATENDIMENTO ÀS ODS 4, 11 E 13) E MOBILIDADE URBANA (EM ATENDIMENTO ÀS ODS 3, 11, 13 E 16).

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____



Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(A) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

FISCAL(IS) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____



Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)



Diário Oficial

ORGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA-SP

Criado pela Lei Municipal 3.777, de 13 de junho de 2018

ANO VII

Quarta-Feira, 25 de Junho de 2025

Edição nº 1790

PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

PREFEITO: **FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**

ENDEREÇO: PRAÇA EPITÁCIO PESSOA, 3 – PAVIMENTO SUPERIOR

DECRETO Nº 4.240 DE 24 JUNHO DE 2025

Regulamenta os Processos Sancionatórios nos Termos Previstos nos Artigos 155 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Pedreira.

FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO, Prefeito Municipal de Pedreira, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais com fundamento no inciso IX, do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação interna do processo administrativo sancionatório previsto na Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA),

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto neste decreto.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com este Município, que incidir nas infrações previstas no Art. 155 da LLCA, ficará sujeito às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

III – impedimento de licitar e contratar com este município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

§1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à municipalidade.

§2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para o Município ou para os serviços públicos municipais;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São circunstâncias agravantes da sanção:

I – a existência de registro do licitante ou contratado apenado pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Pedreira;

II – a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital e/ou termo de referência, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

III – a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

IV – a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

§2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

I – a falha escusável do licitante ou contratado;

II – a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

III – a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital e/ou termo de referência, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

IV – a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

CAPÍTULO II

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Seção I – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano ao Município ou aos serviços públicos municipais.

Seção II – Da Multa

Artigo 5º - A multa, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

§ 1º. – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

§ 2º - O instrumento convocatório e/ou o contrato, poderão estipular percentuais ou condições distintas para aplicação de multa de mora, hipótese na qual, prevalecerão as condições indicadas nos referidos documentos.

Artigo 7º - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com este Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Parágrafo único – Aplica-se o dispositivo constante no *caput* ao adjudicatário que deixar de entregar documentação necessária como condição para assinatura do contrato.

Artigo 10 – O Município poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 01 (uma) UFM (unidade fiscal municipal), mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pelo Município, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§1º - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas neste decreto, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito deste Município será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- I – por 06 (seis) meses: inciso IV;
- II – por 08 (oito) meses: incisos V a VII;
- III – por 01 (um) ano: inciso II;
- IV – por 02 (dois) anos: inciso III.

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 03 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da LLCA, bem como, se justificarem a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o contratado ou licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 04 (quatro) anos.

§1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 03 (três) anos e o máximo de 06 (seis) anos.

§2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO III

DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 – O processo sancionatório seguirá o seguinte rito:

I – Instauração: a instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do Agente de Contratação, Gestor de Contratos, Fiscal Administrativo e/ou Técnico, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento do processo licitatório ou pelo acompanhamento da execução contratual, encaminhada à Divisão de Contratos e Aditivos ou ao Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos;

II – Defesa: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, intimará os responsáveis para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação, apresentem defesa, acompanhada de documentos e requerimento de produção de provas, se o caso;

III – Instrução: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios decidirá acerca da produção de provas, deferindo as pertinentes e indeferindo as impertinentes ou meramente protelatórias e concedendo prazo de até 15 (quinze) dias úteis para a devida instrução processual;

IV – Alegações finais: encerrada a instrução, a Divisão de Contratos e Aditivos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, concederá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de alegações finais;

V – Relatório: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios elaborará relatório



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

circunstanciado do feito e, após, encaminhará os autos à Secretaria de Negócios Jurídicos para parecer;

VI – Parecer: a Secretaria de Negócios Jurídicos emitirá parecer e, após, encaminhará os autos à decisão do Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou ao Prefeito, caso o relatório final recomende a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

VII – Decisão: O Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou o Prefeito, no caso de recomendação pela aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, decidirão acerca da aplicação ou não de sanção, determinando o que for cabível e restituirão o processo à Divisão de Contratos e Aditivos ou à Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios para cumprimento;

VIII – Intimação da decisão: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios intimará os responsáveis acerca do teor da decisão;

IX – Recurso ou Pedido de Reconsideração: poderá ser interposto recurso ou pedido de reconsideração, intentado junto a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios e endereçado à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação;

X – Decisão de Recurso: recebido o recurso, o Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos se não reconsiderar a decisão recorrida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

XI – Decisão do Pedido de Reconsideração: recebido o pedido de reconsideração, o Prefeito deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

§1º - O Prefeito poderá requerer parecer da assessoria jurídica antes da emissão de decisão final e irrecorrível.

§ 2º. O ato de instauração formal do processo sancionatório deverá conter relato dos fatos, a descrição das possíveis infrações e os documentos pertinentes;

§ 3º - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo Secretário de Administração e Recursos Humanos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante para, querendo, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, adotando o rito procedimental estabelecido no artigo 14.

Artigo 16 - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

Parágrafo único: O processo administrativo visando à rescisão contratual poderá ocorrer em apartado do processo administrativo sancionatório quando for do interesse público, situação na qual o referido processo não



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

estará submetido a este decreto, contudo, deverá ser observado o direito a ampla defesa e contraditório da forma estabelecida Lei Federal nº 14.133/2021.

Artigo 17 - A imposição das sanções previstas no presente decreto não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado a este Município.

Artigo 18 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 19 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico Município de Pedreira, por 03 (três) vezes consecutivas.

§2º - Nos processos eletrônicos instaurados neste Município, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema 1DOC ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 20 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

Artigo 21 - A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no §4º do artigo 158 da LLCA.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 22 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 23 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 24 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Secretário Municipal de Administração e Recursos e Humanos e/ou a Divisão de Contratos e Aditivos poderão determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 25 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 26 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas na Relação de Apenados, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro municipal de apenados e, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 27 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28 – O presente decreto deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo aos instrumentos convocatórios de licitação, aos contratos e aos instrumentos equivalentes.

Artigo 29 – Nos processos de contratações que não resultarem na elaboração de instrumento contratual, os valores constantes nas notas de empenhos ou documentos



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

equivalentes, serão levados em consideração para majoração das penalidades de multas constantes neste Decreto.

Artigo 30 - Os casos omissos serão solucionados pelo Prefeito, ouvida a Secretaria de Negócios Jurídicos, quando for o caso.

Artigo 31 – As disposições deste decreto se aplicam, no que couberem, aos entes da Administração Indireta do Município de Pedreira, que poderão adotar regulamentação complementar para a aplicação das regras com as devidas adequações atinentes às competências dos seus agentes públicos e dos setores nela existentes.

Artigo 32 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente o Decreto Municipal nº 4.194/2025.

Pedreira, 24 de junho de 2025.

FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO

Prefeito Municipal

MARCELO RODRIGUES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos